



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EETE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

1) A COMPANHIA

A ETEE é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 630
Tensão em kV: 500

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 802.643, vide **nota explicativa 1.2**. Em 09 de julho de 2024, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.343/2024, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 1,82%. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:** Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2024 e 2023 são:

	2024	2023
• Liquidez geral	5,71	6,57
• Liquidez corrente	4,55	4,69
• Relação patrimônio líquido/ativo	82,48%	84,78%
• Relação passivo não circulante/ativo	9,62%	7,28%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	24,13%	28,49%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	33,09%	37,91%
Ativos totais - R\$	499.278.532	492.296.536
Lucro líquido do exercício - R\$	99.377.745	118.907.139

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF). **4.1 Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2 Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3 Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição.

5) GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e

aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

	2024
Auditor Independente	50.115
KPMG Auditores Independentes	50.115
Total	50.115

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.487.883	37.231.074	Fornecedores - terceiros		457.304	601.138
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	18.132.801	20.293.167	Fornecedores - partes relacionadas	23.2	234.565	128.450
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	6.753.356	8.644.445	Obrigações Sociais e trabalhistas	11	7.916.958	8.737.873
Adiantamento a fornecedores		304.839	153.011	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	25.701.061	24.239.868
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.274.013	785.621	Outros impostos a pagar	12	1.579.464	2.528.218
Outros impostos a recuperar		106.954	107.192	Taxas regulamentares	13	2.583.799	2.851.137
Almoxarifado	8	1.932.687	2.036.374	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16.e/23.2	993.777	-
Ativos de contrato	9	117.341.565	111.998.559	Total passivo circulante		39.466.928	39.086.684
Outros ativos circulantes		2.165.342	1.922.072	Passivo não circulante			
Total ativo circulante		179.499.440	183.171.515	Outras provisões - compensação ambiental		-	168
Ativo não circulante				Provisão para contingências	14	974.000	850.692
Realizável no longo prazo				Impostos diferidos	15	47.041.791	35.004.559
Ativos de contrato	9	234.984.099	240.798.173	Total passivo não circulante		48.015.791	35.855.419
Depósitos judiciais	10	82.223.043	65.394.499	Patrimônio líquido	116.7		
Outros ativos não circulantes		1.218.036	1.094.728	Capital social	16.a	101.747.038	101.747.038
Total realizável no longo prazo		318.425.178	307.287.400	Reserva especial de ágio	16.b	168.700.301	168.700.301
Imobilizado		957.985	1.442.738	Reserva legal	16.c	16.978.859	16.978.859
Intangível		395.929	394.882	Retenção de lucros	16.d	124.369.615	129.928.235
Total		1.353.914	1.837.620	Total patrimônio líquido		411.795.813	417.354.433
Total do ativo não circulante		319.779.092	319.779.092	Total do passivo e do patrimônio líquido		499.278.532	492.296.536
Total do ativo		499.278.532	492.296.536				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	165.501.360	170.517.553
Custo de operação	18	(17.741.893)	(12.297.234)
Lucro bruto		147.759.467	158.220.319
Despesas gerais e administrativas	19	(11.376.535)	(5.388.760)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	(1.025.507)	(1.437.821)
Lucro antes do resultado financeiro		136.280.425	151.393.738
Resultado financeiro	21	10.223.983	17.918.152
Receita financeira		10.376.145	18.187.012
Despesa financeira		(152.162)	(268.860)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		146.504.408	169.311.890
IRPJ e CSLL correntes	22	(35.072.236)	(35.643.135)
IRPJ e CSLL diferidos	22	(12.054.427)	(14.761.616)
Lucro líquido do exercício		99.377.745	118.907.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	99.377.745	118.907.139	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total de resultados abrangentes	99.377.745	118.907.139	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.747.038	168.700.301	16.978.859	122.456.621	-	409.882.819	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	118.907.139	118.907.139	
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(6.000.000)	(6.000.000)	
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	-	112.907.139	(112.907.139)	-	
Dividendos intermediários conf. RCA de 12 de junho de 2023 (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	(30.000.000)	-	(30.000.000)	
Dividendos intermediários conf. RCA de 20 de julho de 2023 (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	(75.435.525)	-	(75.435.525)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	101.747.038	168.700.301	16.978.859	129.928.235	-	417.354.433	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	99.377.745	99.377.745	
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	-	98.383.968	(98.383.968)	-	
Dividendos propostos (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(993.777)	(993.777)	
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	(103.942.588)	-	(103.942.588)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	101.747.038	168.700.301	16.978.859	124.369.615	-	411.795.813	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		146.504.408	169.311.890
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		549.786	570.501
Provisão para perda de crédito esperada	7	5.690.289	29.299
Provisão para contingências	14	123.308	824.997
PIS e COFINS diferido		(17.194)	55.825
Provisão (reversão) para compensação ambiental		(168)	959
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(3.529.923)	(2.595.345)
Contas a receber - partes relacionadas		1.891.089	510.203
Ativos de contrato	9	471.068	(1.529.461)
Almoxarifado		103.687	216.382
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(488.392)	(621.910)
Outros impostos a recuperar		238	455.419
Adiantamento a fornecedores		(151.828)	(71.216)
Depósitos judiciais		(16.828.544)	(23.264.518)
Outros ativos		(366.578)	2.039.309
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores - terceiros		(143.834)	(480.535)
Fornecedores - partes relacionadas		106.115	(258.391)
Outras provisões - compensação ambiental		-	(26.404)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(430.118)	(1.054.981)
Outros impostos a pagar		(948.754)	79.730
Taxas regulamentares		(267.338)	(2.749.875)
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(820.915)	724.530
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		131.446.402	142.166.408
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(33.180.925)	(38.826.583)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		98.265.477	(38.826.583)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado e intangível		(66.080)	(32.281)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de investimento		(66.080)	(32.281)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	16.e	(103.942.588)	(105.435.526)
Juros sobre capital próprio pagos	16.e	-	(5.100.000)
Fluxo de caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(103.942.588)	(110.535.526)
Aumento (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(5.743.191)	(7.227.982)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.231.074	44.459.056
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		31.487.883	37.231.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência, que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais

pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Banco	24.475	407.842
Aplicações financeiras (i)	31.463.408	36.823.232
Total	31.487.883	37.231.074

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safra Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 101,73% em 2024 e 103,18% CDI em 2023. (i) A variação no caixa refere-se a pagamento de dividendos, redução da receita do período (vide nota explicativa 17) e aumento do custo operacional (vide nota explicativa 18). **6.1 Política contábil:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

7. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	15.422.803	15.788.296
Vencidas até 30 dias	467.441	56.055
Vencidas até 60 dias	498.589	510.555
Vencidas até 90 dias	420.096	1.237.682
Vencidas até 180 dias	876.323	744.843
Vencidas até 360 dias (i)	1.739.438	178.428
Vencidas há mais de 360 dias (i)	5.427.845	2.806.753
Total	24.852.535	21.322.612

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii) (6.719.734) (1.029.445)
Total Contas a receber - Concessionárias e permissonárias **18.132.801** **20.293.167**
 (i) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Quinturará, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(1.029.445)	(1.000.145)
Reversão	48.716	-
Adição	(5.739.005)	(29.300)
Saldo final	(6.719.734)	(1.029.445)

7.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes à construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construir e operar a linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

8. ALMOXARIFADO

	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado de manutenção e operação	1.932.687	2.036.374
Total	1.932.687	2.036.374

8.1 Política contábil: Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício. O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	117.341.565	111.998.559
Não circulante	234.984.099	240.798.173
Total	352.325.664	352.796.732

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está assim apresentada:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352.796.732	
Receita de O&M (i)	31.311.980	
Receita de remuneração (ii)	110.346.352	
Recebimentos (iii)	(142.129.400)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	352.325.664	
Circulante	117.341.565	
Não circulante	234.984.099	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	351.267.271	
Receita de O&M	27.088.098	
Receita de remuneração	110.396.262	
Recebimentos	(135.954.899)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352.796.732	
Circulante	111.998.559	
Não circulante	240.798.173	

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser inferior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é menor visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **9.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de

concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais (i)	82.223.043	65.394.499
Total	82.223.043	65.394.499

(i) Os depósitos judiciais referem-se principalmente ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101, no valor de R\$ 80.759.110, onde discute-se o direito de amortizar o ágio decorrente da incorporação da SGBH-E e SGBH-T na ETEE e ETIM. Sendo a variação decorrente da atualização monetária de R\$ 6.616.356 e novos depósitos no valor de R\$ 10.212.187, associados ao processo 5003229-44.2019.4.02.5101.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias	2.914.395	3.516.950
Provisão de Bônus (i)	4.334.002	4.025.659
IRRF funcionários	668.160	691.924
Outros	401	340
Total	7.916.958	8.737.873

(i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar		
	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	19.017.787	18.006.392
CSLL	6.683.274	6.233.476
Total	25.701.061	24.239.868

Outros impostos a pagar		
	31/12/2024	31/12/2023
PIS	122.484	117.171
COFINS	574.436	547.040
INSS	519.631	544.105
FGTS	181.438	207.880
Imposto de renda retido na fonte (i)	72.636	973.208
ISS	45.110	70.428
Outros	63.729	68.386
Total	1.579.464	2.528.218

(i) A variação é decorrente da retenção de IR sobre juros sobre capital próprio ocorrida em 2023. **Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$ 7.734.461. É válido destacar que as multas oriundas destes processos não apresentam as características de Impostos sobre o lucro e por isso não são tratados sobre o escopo do IFRIC 23. Para maiores detalhes vide nota explicativa 14.

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	261.107	531.002
CDE - a pagar (ii)	32.519	32.665
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	51.917	52.902
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	2.238.256	2,234.568
Total	2.583.799	2.851.137

(i) **RGR:** Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 20 de agosto de 2024, através do Despacho nº 2.390/2024 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativos às competências de julho de 2024 a junho de 2025 de R\$ 261.107. (ii) **CDE:** Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE até 31 de dezembro de 2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01 de janeiro de 2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D. (iii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 23 de julho de 2024, através do Despacho nº 2.131 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2024 a junho de 2025 de R\$ 623.002. (iv) **P&D:** Conforme a Resolução ANEEL 929/2021, as Contas a receber - Concessionárias e permissonárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	535.121	513.162
Servidões	438.879	337.530
Total	974.000	850.692

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	513.162	337.530	850.692
Adições e reversões, líquidas	(303.429)	101.349	(202.080)
Atualização monetária	325.388	-	325.388
Saldo em 31 de dezembro de 2024	535.121	438.879	974.000

Saldo em 31 de dezembro de 2022 - 25.695
 Adições e reversões, líquidas 513.162 311.835 824.997
Saldo em 31 de dezembro de 2023 513.162 337.530 850.692
 Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscais e de servidões cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

Descrição dos processos de naturezas fiscais

	2024	2023
Número do processo: 12448.916708/2010-94		
Autor: Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	535.121	513.162
1) PER/DCOMP02762.14173.210510.1.7.02-0145, 14543.79613.231209.1.3.02-0962 e 39299.83996.281209.1.3.02-0449 - Pedido de compensação de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2004, no valor originário de R\$ 1.544.194, com débitos de IRPJ e CSLL com vencimento em 30/11/09 e de PIS/COFINS com vencimento em 24/12/2009. A empresa deixou de declarar a composição do crédito no PER/DCOMP, conforme apresentado na Ficha 12A da DIPJ 2005.		
Situação atual: Atualmente, foi interposto recurso que chegou a ARGF e aguarda a distribuição para a relatoria		
Movimentação do período: O acórdão proferido no julgamento da manifestação de inconformidade deixou de reconhecer o montante de R\$ 209.733 referente as retenções declaradas na DIPJs. Interposto em recurso voluntário em face do acórdão nº 03-80.750, para requerer que seja reconhecida a liquidez e certeza do saldo negativo de IRPJ no montante de R\$ 1.544.194,62, com a consequente extinção dos débitos de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL.		



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)**

1 Situação atual: Atualmente, foi inadmitido interposto recurso que chegou ao CARF, e o caso autuado no STJ como AREsp 2.686.052/GO. Em 09/10/2024, concluiu com o Min. Relator.

Movimentação do período: Negado provimento ao Recurso de Apelação da Expansion. Mantida incólume a r. sentença. Interposto Recurso Especial c/c Pedido de Efeito Suspensivo. Sendo indeferida a atribuição de eficácia suspensiva ao REsp.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais, servidões e trabalhistas conforme segue:
Natureza **31/12/2024** **31/12/2023**
 Fiscal (i) 8.095.082 7.726.102
 Ambiental (ii) - 501.820
 Servidão (iii) 1.243.764 1.350.120
 Trabalhista (iv) 744.812 679.742
Total **10.083.658** **10.257.784**

(i) Processos Fiscais: Referem-se a procedimentos administrativos que discutem autos de infração atrelados ao suposto recolhimento a menor de impostos. O procedimento que possui o maior valor de exposição é o processo administrativo 11052.001292/2010-99, que discute o auto de infração para exigência de débitos de IRPJ, IRRF e CSLL relativos a 2006, sob a alegação de dedução indevida de valores relativos. A discussão recai sobre um risco de R\$ 7.734.461 em 31/12/2024 e R\$ 7.407.703 em 31/12/2023 aumento do valor de exposição decorre da atualização monetária dos procedimentos em curso. **(ii) Processos ambientais:** A movimentação do período é decorrente do encerramento do processo 1001061-88.2017.4.01.3500, encerrado em 2024 com decisão favorável a Companhia. **(iii) Servidões:** Refere-se ao risco atrelado ao processo 0309742-98.2016.8.09.0127 no valor de R\$ 1.243.764 em 31/12/2024 e R\$ 1.350.120 em 31/12/2023, o caso é referente a um pedido de reintegração de posse culminado com pedido de indenização. O aumento do valor é decorrente de atualização monetária. **(iv) Trabalhista:** Refere-se ao risco atrelado a reclamação trabalhista 0100920-50.2023.5.01.0057 referentes à requisição decorrente de Responsabilidade solidária; equiparação salarial; diferença de verbas rescisórias; bonificação anual; dano extrapatrimonial - assédio moral; honorários advocatícios., a ação tem classificação de risco possível e o valor pleiteado pelo reclamante é R\$ 744.812 em 31/12/2024 e R\$ 679.742 em 31/12/2023. **14.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram até o ano de 2030. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
IR e CSLL diferidos	(34.181.904)	(22.127.478)
IR e CSLL Diferidos Ativos (crédito fiscal incorporação)	60.421.632	70.633.819
IR Diferido Passivo	(69.561.423)	(68.184.130)
CSLL Diferida Passiva	(25.042.113)	(24.577.167)
PIS e COFINS diferidos	(12.859.887)	(12.877.081)
PIS Diferido Passivo	(2.290.117)	(2.293.179)
COFINS Diferido Passivo	(10.569.770)	(10.583.902)
Total	(47.041.791)	(35.004.559)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.633.819	(105.638.377)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	17.194
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.187)	(1.842.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60.421.632	(107.463.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	80.846.006	(101.033.123)
Efeitos reconhecidos no resultado Pis e Cofins diferidos	-	(55.825)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(10.212.187)	(4.549.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70.633.819	(105.638.377)

15.1 Política contábil: Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, e os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747.038 dividido em 101.747.038 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no custo de aquisição, onde a SGBH pagou para a IGHL o valor referente a 9 ações nominativas a R\$ 7,27 cada uma, totalizando o valor de R\$ 65,44. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2024	2023
State Grid Brazil Holding S. A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
Total	100%	100%

b. Reserva especial de ágio: A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. **d. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após os pagamentos de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 124.369.615 e R\$ 129.928.235 respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	99.377.745	118.907.139
Base de cálculo para os dividendos	99.377.745	118.907.139
Dividendo mínimo obrigatório (i)	993.777	1.189.071
Juros sobre capital próprio (ii)	-	(6.000.000)

(i) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023. (ii) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2024 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

Órgão	Dividendos pagos em 2024	Dividendos pagos em 2023	JCP Líquido pago em 2024	JCP Líquido pago em 2023	Valor do IR s/JCP
AGO	103.942.588	-	-	-	-
RCA	-	30.000.000	-	-	-
RCA	-	75.435.526	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	5.100.000	900.000
Total	103.942.588	105.435.526	5.100.000	900.000	

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	178.758.459	184.941.450
Receita de operação e manutenção (i)	31.311.980	27.088.098
Remuneração do ativo de contrato (ii)	110.346.353	110.396.262
Outras receitas (iii)	37.100.126	47.457.090
Deduções da receita operacional	(13.257.099)	(14.423.897)
Pis e Cofins correntes	(7.757.693)	(7.814.757)
Pis e Cofins diferidos (iv)	17.194	(55.825)
RGR (Reserva Global de Reversão)	(3.231.427)	(4.217.516)
P&D (Pesquisa e Desenvolvimento)	(628.911)	(646.022)
TFSEE (Taxa de fiscalização)	(1.656.262)	(1.689.777)
Receita Operacional Líquida	165.501.360	170.517.553

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção vide nota explicativa 9. (ii) A receita de remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual conforme mencionado na nota explicativa 9. (iii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações superiores ou inferiores à inicialmente projetada, a tendência é de que essa conta aumente ou diminua quando comparada ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo. Apesar da revisão tarifária realizada em 2024 conforme mencionado na nota explicativa 1.3, o resultado de 2024 foi menor que 2023 devido os índices inflacionários. (iv) Pis e Cofins diferidos são calculados mensalmente com base no saldo de ativo contratual. O saldo de ativo de contrato dos doze meses de 2024 foi inferior ao dos doze meses de 2023, o que justificou o saldo positivo em 2024 no resultado. **17.1 Política contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **(b) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **(c) Outras receitas** - A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual e também pelos efeitos da revisão tarifária periódica, visto que estes são reconhecidos através da linha de recebimentos do fluxo ao serem confrontadas com a RAP da adoção. **Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade.

18. CUSTO DE OPERAÇÃO

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(7.943.109)	(6.874.068)
Material	(1.145.511)	(813.651)
Serviços de terceiros	(1.335.243)	(1.350.858)
Custo de operação e manutenção (i)	(3.875.876)	(4.44.246)
Gastos diversos	(1.027.352)	(1.000.567)
Arrendamentos	(2.072.747)	(1.772.492)
Outros	(342.055)	(341.352)
Total	(17.741.893)	(12.297.234)

(i) Referente à aquisição de equipamentos: robôs inteligentes para inspeção da Subestação, incluindo acessórios e softwares necessários para o seu funcionamento.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(1.901.956)	(1.839.783)
Administradores	(420.138)	(227.420)
Material	(99.679)	(61.826)
Serviços de terceiros	(478.939)	(489.640)
Arrendamentos e aluguéis	(210.710)	(154.930)
Provisão/reversão (i)	(5.690.289)	(29.299)
Tributos	(6.542)	(94.757)
Depreciação e amortização	(374.430)	(386.694)
Despesas de viagem	(1.040.226)	(1.167.843)
Patrocínios	(1.029.157)	(870.543)
Telecomunicações	(64.348)	(170.170)
Outras	(60.121)	104.145
Total	(11.376.535)	(5.388.760)

(i) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCS complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza

20. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendas da prestação de serviços	20.801	21.388
Demais receitas e rendas (i)	1.227.047	-
Pessoal	(148.509)	(134.040)
Depreciação	(175.355)	(183.808)
Tributo sobre a receita	(181.528)	(1.978)
Serviços de O&M	(780.217)	(964.286)
Outros	(64.746)	(175.097)
Total	(102.507)	(1.437.821)

(i) Variação refere-se substancialmente à recuperação de IRPJ e CSLL pagos a maior nos anos de 2007, 2009, 2010 e 2015.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira	10.376.145	18.187.012
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.802.857	5.966.544
Outras receitas financeiras (ii)	8.125.415	13.107.407
Tributos sobre receitas financeiras	(552.127)	(886.939)
Despesa financeira	(152.162)	(268.860)
Juros e multas	(8.033)	(16.198)
Outras despesas financeiras	(144.129)	(252.662)
Resultado financeiro	10.223.983	17.918.152

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função da redução de valores aplicados no exercício de 2024 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 6 e redução da taxa CDI de 13,04% em 2023 para 10,89% em 2024. (ii) Variação decorrente da atualização monetária do depósito judicial do processo 5003229-44.2019.4.02.5101 (0);

22. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	146.504.408	169.311.890
Adições/Exclusões não dedutíveis	7.716.069	(10.521.438)
Ajustes de ICPC 01	(10.865.754)	(14.167.359)
Juros s/Capital Próprio	-	(6.000.000)
Amortização Ágio	(36.652.201)	(30.035.845)
Outros	(640.215)	(1.529.568)
Lucro Real	106.062.307	107.057.680

Compensação PF/BN (30%)
Lucro Real (Após Compensação)
 IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)
 Inc. Fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ devido (25%)	(25.405.250)	(25.870.283)
CSLL (9%)	(9.603.227)	(9.772.852)
IR e CS correntes	(35.072.236)	(35.643.135)
IR e CS diferidos	(12.054.427)	(14.761.616)
Total	(47.126.663)	(50.404.751)

Alíquota efetiva 32% 30%
22.1 Política contábil: A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais decer:

23.1 Ativo:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber - partes relacionadas - Curto prazo	6.753.356	8.644.445
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6.724.435	8.643.725
Intercompany LTM - Pqto de impostos	-	720
Intercompany GATE - Despesas com pessoal	20.651	-
Intercompany ACTE - Despesas com pessoal	4.788	-
Intercompany SGSE - Despesas com pessoal	3.482	-
Total	31/12/2024	31/12/2023

Contas a receber - partes relacionadas - Longo Prazo
 Outros ativos não circulantes
 Intercompany Matrinchá - Despesas de aluguel
 Intercompany Guaraciaba - Despesas de aluguel

23.2 Passivo:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - partes relacionadas	234.565	128.450
Aluguel (ii)	15.600	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	204.135	127.730
Intercompany ACTE - Pqto. de impostos	-	720
Intercompany SGBH - Despesas de seguros	925	-
Intercompany ITE - Despesas com pessoal	5.441	-
Intercompany ATE - Despesas com pessoal	8.464	-
Dividendos a pagar	993.777	-

23.3 Resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado - partes relacionadas	29.174.782	33.335.726
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	29.361.982	33.472.142
Aluguel (ii)	(187.200)	(136.416)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. **23.4 Remuneração da Administração (Pessoal-Chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2024
--	------------



EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (provisão para perda de crédito esperada) vide nota 4.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Moody's:

BA1

Total da exposição

e. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2024

31.487.883

31.487.883

	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
--	----------------	-------	--------------	----------	----------	-----------------

31/12/2024

Fornecedores

457.303

457.303

457.303

-

-

-

Fornecedores

234.565

234.565

234.565

-

-

-

Partes relacionadas 234.565 234.565 234.565 - - -

24.3 Política contábil: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração

- Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto.

Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

• **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. • **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Changwei Chen
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

